

Entrevista com Camila Diogo de Souza: novas perspectivas para o estudo da Idade do Ferro antiga na Grécia (XII-VIII a. C.)*

*Interview with Camila Diogo de Souza:
new perspectives for the study of the Ancient Iron Age in
Greece (XII-VIII BC)*

Camila Diogo de Souza é pós-doutoranda do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), integrante da equipe de Proto-histoire égéenne pertencente à Unité Mixte de Recherche UMR 7041 Archéologies et Sciences de l'Antiquité (ArScAn), na Maison René Ginouvès (Archéologie Et Ethnologie) da Université de Paris X, Nanterre, França e bolsista de pós-doutorado no exterior pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Possui doutorado (2010) e mestrado (2005) em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (Usp). É graduada em História (2001) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Usp. Desenvolve pesquisas na área de Arqueologia Clássica, atuando principalmente nos seguintes temas: Idade do Ferro na Grécia antiga, Cerâmica Protogeométrica e Geométrica, Arqueologia das Práticas Mortuárias e contextos funerários na Argólida, Grécia.

1. Ana Penha Gabrecht: Os pesquisadores brasileiros de Antiguidade têm encontrado, cada vez mais, um rico campo de possibilidades de pesquisa ao interagir com a Arqueologia. Como esse processo se reflete na sua carreira acadêmica uma vez que sua formação é em História?

Camila Diogo de Souza: O meu percurso acadêmico exemplifica, ainda hoje, e em grande medida, a formação do arqueólogo clássico em nosso país. Ainda nos deparamos com a ausência de um curso de graduação específico em Arqueologia Clássica e, dessa

* Entrevista concedida a Ana Penha Gabrecht em 22 de julho de 2013.

maneira, o ingresso na carreira acadêmica na área é viabilizado através da formação universitária em áreas fins como a graduação em História, Antropologia, Letras (grego antigo principalmente), Filosofia, Geografia, Geologia, Museologia entre outras. A multiplicação de cursos de graduação e especialização em Arqueologia nas universidades públicas e privadas do país também tem contribuído de maneira considerável para a formação básica dos pesquisadores em Arqueologia Clássica, proporcionando não só as bases teóricas e metodológicas específicas dessa área de conhecimento, a exemplo das linhas teórico-interpretativas da Arqueologia, historiografia e pressupostos, mas também as bases metodológicas da Arqueologia de campo, tais como técnicas de escavação, conservação do material, abordagens de análise e outras.

Em comparação àquilo que ocorria há algumas décadas, atualmente a formação do arqueólogo clássico no Brasil dispõe de uma maior quantidade de recursos técnicos e metodológicos (livros, cursos e disciplinas específicas em determinados temas da Antiguidade, eventos diversificados na área, como palestras, simpósios e congressos com temas variados, verbas para escavações e estágios de pesquisa na Europa, por exemplo), associada à maior qualificação e diversificação de recursos humanos (como, por exemplo, o aumento do número de pesquisadores e de especialistas em temas cada vez mais variados da Antiguidade). Tal cenário tem proporcionado uma pluralidade e excelência de recursos disponíveis, não apenas na formação do arqueólogo clássico, mas dos pesquisadores da Antiguidade de modo geral. É interessante notar também que, em muitos casos, há uma preocupação em adaptar e ampliar a difusão do conhecimento da área não só para o público acadêmico, mas para diversos outros níveis educacionais.

2: Embora as pesquisas arqueológicas tenham se multiplicado no Brasil nas últimas décadas, não temos muitas opções de graduação na área. Qual sua opinião sobre a oferta de formação básica em Arqueologia hoje?

R: Particularmente na área da Arqueologia Clássica, a formação acadêmica básica, considerando cursos de graduação, ainda é insatisfatória, lacunar, incompleta e com oferta restrita aos grandes centros universitários. Contudo, como mencionei anteriormente, nas últimas décadas, a especialização do arqueólogo clássico na pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) apresenta profissionais, material didático (bibliotecas) e níveis de excelência com inserção e diálogo internacional.

Entretanto, apesar do aumento do número de pesquisadores na área de Antiguidade Clássica, em geral como resultado das mudanças positivas nesse campo, inclusive com relação aos investimentos das instituições federais (CNPq e Capes) e estaduais de fomento à pesquisa (Fapesp, Fapemig, Faperj e outras), observando-se um aumento considerável das diferentes modalidades de bolsas de estudo no exterior e também dos incentivos diversos para a vinda de professores estrangeiros, pessoalmente acredito que se trata de uma carreira que encontra inúmeras dificuldades e que depende ainda, em parte, de esforços e recursos financeiros pessoais, sem mencionar as poucas ofertas de emprego na área. Infelizmente, tais condições constituem elementos que desestimulam e restringem a quantidade de profissionais dedicados à Arqueologia Clássica no país.

3: É inegável a importância da Arqueologia na compreensão do passado, na construção da memória coletiva e na gestão do patrimônio da sociedade. Apesar de sua relevância acadêmica, social e econômica, infelizmente esse não é um campo muito desenvolvido no Brasil. Quais são as maiores desafios da Arqueologia praticada em nosso país?

R: Há inúmeras barreiras a serem superadas no campo da Arqueologia no Brasil, mas principalmente na área da Antiguidade. Como discutimos, nas últimas décadas, a situação em relação à oferta, à qualificação e aos investimentos financeiros na área tem melhorado bastante. Por exemplo, observamos uma multiplicidade de cursos de graduação em Arqueologia em várias universidades do país, inclusive em regiões em que o desenvolvimento da consciência do nosso passado, da construção da memória e identidades, é fundamental para questões políticas atuais e, principalmente, para a gestão do patrimônio, preservação, conservação e administração da cultura material. É totalmente desnecessário detalhar os argumentos que demonstram a relevância do papel cultural e social da Arqueologia no contexto da sociedade.

No caso específico dos pesquisadores da Antiguidade, também constatamos de forma evidente e crescente incentivos em relação à especialização dos pesquisadores e à incorporação de recursos técnicos avançados. Entretanto, pessoalmente, acredito que tais incentivos precisam também ser direcionados não apenas à formação acadêmica do pesquisador, mas ao desenvolvimento da sua carreira profissional no país, por meio da oferta de oportunidades de trabalho no ensino e na pesquisa que aproveitem o especialista altamente qualificado de forma prática e ativa dentro do sistema educacional

vigente. Em minha opinião, atualmente esse é o maior desafio da área: investir na criação de uma infraestrutura que permita a incorporação de mão de obra especializada e qualificada, visando à aplicação e à divulgação do conhecimento arqueológico nos diversos níveis educacionais.

Minha visão baseia-se no meu próprio percurso acadêmico e meus termos de comparação são fundamentados no exemplo da política francesa em relação à Arqueologia Clássica. Na França, os investimentos financeiros são divididos entre pesquisa, formação acadêmica e aplicabilidade prática. A pesquisa, por exemplo, conta em sua maior parcela com o apoio do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) que constitui um órgão público com cargos vitalícios ou temporários de pesquisadores e técnicos vinculados a laboratórios ligados a universidades e compostos também por pós-doutorandos e pós-graduandos. Os laboratórios possuem espaço físico com bibliotecas especializadas próprias para os alunos e pesquisadores, aparelhos, computadores, *scanners*, impressoras, fotocopiadoras e salas para reuniões mensais com apresentação dos temas tratados pelos integrantes do laboratório ou para palestras de professores e pesquisadores convidados. Os recursos destinados à formação acadêmica visam desde à formação básica e de pós-graduação à especialização no próprio país, com uma complementação no estrangeiro, como a participação em escavações e projetos de pesquisa da EfA na Grécia. A aplicabilidade do pesquisador é feita, em primeiro lugar, por meio do ensino, através da ocupação de cadeiras de professor em várias universidades da França para o ensino da Arqueologia Clássica, mas também com posições temporárias de professor assistente ou ainda com o cargo de pesquisador contratado pelos laboratórios de pesquisa do CNRS. É interessante notar que nos últimos dois anos principalmente, os cortes de gastos em decorrência da crise na Europa têm ocasionado uma diminuição na contratação dos pesquisadores. Contudo, a estrutura básica técnica e de pessoal existente não sofreu alterações e tem conseguido se sustentar e até mesmo apresentar um pequeno crescimento pois, diferente do caso brasileiro, há muito tempo ela se encontra fortemente consolidada e organizada com precisão.

4: A interação entre historiadores e arqueólogos nem sempre foi tão satisfatória quanto deveria ser apesar de ambos construírem seu conhecimento tendo o passado como referência. Segundo alguns autores, a Arqueologia durante muito tempo foi utilizada pelos historiadores apenas para preencher as lacunas do conhecimento histórico, ou

ainda, para ilustrar a pesquisa com um ou outro exemplo. Felizmente esse cenário começa a mudar e cada vez mais os historiadores têm descoberto as possibilidades de trabalho com a cultura material. De que forma as contribuições da Arqueologia têm auxiliado os estudos acerca da Antiguidade grega?

R: História e Arqueologia, apesar de compartilharem o mesmo objetivo, isto é, o conhecimento das sociedades antigas, sempre foram alvo de discussões e desacordos quanto às suas interações, objetos e funções. A dicotomia fontes textuais *versus* cultura material, para a esmagadora maioria dos pesquisadores, sempre foi considerada como a base da diferença entre as duas disciplinas. O peso atribuído à documentação escrita durante muito tempo moldou os estudos dos vestígios materiais, entendidos como complementares ou ilustrativos. Atualmente, apesar do diálogo entre historiadores e arqueólogos ainda estar distante de uma colaboração ideal, a situação é muito distinta. Percebemos, por exemplo, a preocupação de muitos historiadores em considerar o suporte material das fontes escritas selecionadas para estudo. Tal suporte pode dizer muito sobre os propósitos e as funções da documentação escrita, denotando as intenções e aspectos das relações sociais e da organização da sociedade que a produziu. Podemos exemplificar esse caráter de integralidade entre escrita e cultura material através dos estudos epigráficos, que apresentam diferentes tipos de inscrições em diferentes tipos de suporte (duráveis ou mais perecíveis) e diferentes funções, nas estelas funerárias, em edifícios públicos, sejam profanas (leis, contabilidade comercial etc.), sejam sagradas (dedicatórias e oferendas), em vasos cerâmicos ou em metal, em madeira ou em papel, dentre outros. Está claro que o viés arqueológico de abordagem e interpretação da própria documentação escrita contribui de formas variadas para os estudos da Antiguidade, sem mencionar o estudo de sociedades cuja escrita permanece como um elemento de expressão cultural secundário ou mesmo ausente.

Os estudos sobre a Idade do Ferro grega ilustram bem como as contribuições da Arqueologia são fundamentais para o conhecimento das sociedades antigas. Do final do século XIX até quase a metade do século XX, as escavações "arqueológicas", como, por exemplo, aquelas conduzidas por H. Schliemann em Troia e Micenas, tinham como objetivo buscar referências materiais que comprovassem e ilustrassem as "obras homéricas". As obras eram consideradas como uma fonte incontestável para o conhecimento de todo o período que antecedia os Jogos Olímpicos, isto é, anterior a 776

a. C. Somente na década de 1950, M. Ventris e J. Chadwick decifraram grande parte da escrita denominada Linear B, registrada nos tabletes de argila encontrados em Micenas e estabeleceram as primeiras referências cronológicas absolutas da Idade do Bronze. A “sociedade homérica”, com seus heróis e sua riqueza material, passa a ser identificada à riqueza dos vestígios da “Civilização Micênica”, balizada entre 1600 e 1200 a. C. aproximadamente. O intervalo entre 1200 e 700 a. C. é, dessa forma, qualificado como um período obscuro denominado “Idade das Trevas” e marcado por um retrocesso material, cultural e político.

A partir da segunda metade do século XX, muitos pesquisadores demonstraram que os referentes materiais das “obras homéricas” pertencem não só à Idade do Bronze, mas também ao período posterior. As obras passam a ser entendidas como produtos da tradição oral e como um amálgama de aspectos sociais, políticos e econômicos de vários períodos da Proto-história grega.

Nas décadas de 1960 e 1970, C. G. Starr, A. M. Snodgrass, J. N. Coldstram, P. Courbin, entre outros pesquisadores, se debruçaram sobre o estudo sistemático dos vestígios materiais provenientes de sepulturas datadas entre os séculos IX e VIII a. C., principalmente os artefatos em metal e os vasos cerâmicos. Estudos que possibilitam o conhecimento de diversos aspectos das diferentes comunidades do período, amiúde denominado de Idade do Ferro, permitiram a fixação de referências cronológicas absolutas para os diferentes subperíodos da Idade do Ferro.

5: Sabemos que o divórcio entre os historiadores e a cultura material é um tanto ou quanto difícil de superar. A metodologia estabelecida pelos historiadores a partir do século XIX acabou privilegiando o trabalho com as fontes escritas, conferindo à materialidade um lugar subalterno. Em decorrência disso, por muito tempo os historiadores utilizaram apenas Homero como fonte para o estudo da Idade do Ferro. Quais são as novas fontes para se investigar o período?

R: De fato, as denominadas “obras homéricas” (a *Ilíada* e a *Odisseia*) durante algumas décadas foram consideradas como referências incontestáveis e autênticas para o conhecimento das sociedades da Idade do Ferro grega, principalmente pelos historiadores da Antiguidade do final do século XIX e da primeira metade do XX. Após o reconhecimento de tais fontes escritas como produtos da tradição oral, podemos até

mesmo afirmar que houve certa “febre” em estudar o período por meio das fontes materiais, em particular pelos arqueólogos clássicos da segunda metade do século XX.

Na verdade, não são as fontes materiais que são novas, mas sim os olhares, os objetivos e as questões direcionadas aos objetos de estudo desse período que são diferentes em relação àqueles colocados anteriormente. Em harmonia com uma tendência geral na História da Arqueologia, a cultura material adquire interesse e autonomia no conhecimento das sociedades. Ela não é mais ignorada ou simplesmente descartada e deixa de ser entendida como uma ilustração da fonte textual. É nesse sentido que muitas análises das sociedades da Idade do Ferro grega passam a dar ênfase à compreensão do contexto arqueológico, buscando integrar e relacionar os diversos aspectos da cultura material que formam um conjunto significativo de vestígios que são resultado da ação humana no mundo e da relação dos homens entre si.

Podemos afirmar que na Arqueologia da Grécia Antiga em geral, mas particularmente na investigação da Idade do Ferro, os contextos funerários fornecem um exemplo evidente dessa mudança de visão. Grande parte do conhecimento das sociedades desse período ocorre através da grande quantidade de sepulturas encontradas. Durante décadas, os arqueólogos se debruçaram apenas sobre o estudo do mobiliário funerário encontrado no interior dessas sepulturas, em particular os objetos em metal e a cerâmica (vasos conservados e ricamente decorados com motivos geométricos). A preocupação em estabelecer as referências cronológicas absolutas das grandes produções cerâmicas da Arte Geométrica, principalmente a produção ateniense, ocasionou estudos detalhados acerca da tipologia das formas e da classificação dos motivos decorativos e pictóricos geométricos dos vasos. Nesse sentido, podemos citar, por exemplo, as obras de J. N. Coldstream (*Greek Geometric pottery. A survey of ten local styles and their chronology*. London, 1968) e de Paul Courbin (*La céramique géométrique d’Argos*. Paris, 1966). Tais estudos são considerados até hoje obras de referência para o estabelecimento de cronologias e estilos específicos de outras produções cerâmicas do período. Contudo, os demais elementos da cultura material provenientes dos contextos funerários, como a arquitetura da sepultura e o próprio defunto eram ignorados, sendo armazenados nas reservas técnicas dos museus sem qualquer atenção a sua potencialidade no estudo das práticas mortuárias.

No caso das sepulturas geométricas da Argólida, por exemplo, notamos que, muitas vezes, os relatórios e crônicas de escavações das campanhas de salvamento mais

antigas, datadas do final do século XIX e da primeira metade do XX, realizadas nas áreas habitadas, como a cidade atual de Argos, são bastante lacunares e não apresentam sequer qualquer informação sobre o tipo de sepultura e de enterramento e nem informações sobre o morto, mas trazem apenas a quantidade e o tipo de oferenda encontradas. Tal atitude tem mudado bastante nas últimas décadas a partir de um esforço conjunto entre pesquisadores de diversas especialidades, como antropólogos físicos, ceramólogos, restauradores, zooarqueólogos, bioarqueólogos, especialistas em metais etc. e até mesmo em áreas consideradas mais distantes, como a Arquitetura, a Química, a Biologia e a Geologia, na tentativa de reconstituir a totalidade dos contextos funerários e entender melhor o conjunto de elementos que compõem as práticas mortuárias. A atenção dos arqueólogos também tem se voltado para os vestígios materiais de ocupação, isto é, de construções com funções sagradas, como espaços específicos de culto, mas principalmente de vestígios arquitetônicos com funções mais “profanas”, como habitações e oficinas, visando-se a entender melhor os aspectos do funcionamento e da organização da vida “cotidiana” dessas comunidades.

6: Trabalhar com períodos históricos tão remotos como a Idade do Ferro grega, no qual as fontes escritas não são suficientes ou não são totalmente confiáveis, se torna um grande desafio quando os vestígios materiais são ignorados. O que a levou a eleger o seu objeto de estudo de doutorado, as sepulturas na Argólida?

R: Na realidade, posso afirmar que o peso das motivações pessoais na escolha do tema da tese de doutorado é muito maior do que o das razões profissionais e, para detalhá-las, seria necessário páginas e páginas, mais apropriadas numa biografia, o que não é o caso. Está claro que ambas as justificativas, pessoais e profissionais, não são independentes e seria impossível isolá-las. Porém, para ser breve e, talvez, menos entediante, tentarei elencar os principais motivos da escolha do objeto (os contextos funerários), do viés de estudo do objeto (a Arqueologia e em particular a Arqueologia da Grécia), o recorte cronológico (a Idade do Ferro) e finalmente, o recorte geográfico, (a região da Argólida).

Entender como uma determinada sociedade lida com a inevitabilidade da morte através da adoção de práticas rituais socialmente institucionalizadas, aceitas, reproduzidas e perpetuadas por um grupo constitui um objeto de fascínio pessoal e profissional. Individualmente, acho que nunca soube lidar com a morte e sempre me

despertou uma curiosidade maior, coletiva, social mesmo, em conhecer e entender as maneiras como outras sociedades, distintas da ocidental cristã, por exemplo, convivem, abordam e tratam a morte. O viés arqueológico no estudo das práticas mortuárias surgiu muito cedo na minha vida, mas de uma forma bastante ingênua e fantasiosa, acho que por volta dos meus 10 anos de idade, quando o terceiro filme do arqueólogo “super-herói” mais famoso, perfeito, charmoso, inteligente e caçador de aventuras e tesouros de Steven Spielberg fazia sucesso no mundo todo. O amadurecimento da simples curiosidade e o acesso ao conhecimento científico da profissão proporcionado ainda na época da graduação em História, principalmente com a Iniciação Científica no MAE/USP, conduziram-me em direção à Arqueologia Clássica e, em particular, à Grécia. Nessa mesma época, também se deu a escolha pela Idade do Ferro, justificada através do desafio de ultrapassar as dificuldades em estudar tal período e, simultaneamente, pela diversidade, incipiência e potencialidade da cultura material. Conforme mencionado anteriormente, é interessante ressaltar que a maior parte dos registros materiais datados da Idade do Ferro são provenientes de contextos funerários, contudo, a maioria dos estudos privilegia a análise do mobiliário funerário, descartando elementos fundamentais do conjunto das sepulturas como, por exemplo, o próprio morto.

A escolha da região se deu ainda durante o mestrado, com a leitura da obra de R. Hägg (*Die Gräber der Argolis in sumykenischer, protogeometrischer und geometrischer Zeit. BOREAS 7:1, Lage und Form der Gräber*. Uppsala, 1974) e o contato com a Escola Francesa de Atenas (EfA), responsável pelas escavações no sítio de Argos em colaboração com os gregos. A paixão pessoal e o esforço profissional convergiram na continuação do trabalho do professor Hägg, visando a elaborar um catálogo dos contextos funerários dos sítios da região e a discutir as diferentes atitudes das comunidades em relação à morte nos diferentes períodos da Idade do Ferro.

Há uma grande quantidade de pesquisadores responsáveis pela minha formação acadêmica que seria difícil citar, correndo o risco de esquecer nomes importantes. Contudo, no tema do doutorado, e em particular no processo de escolha, amadurecimento e incentivo, não poderia deixar de mencionar três professores que tiveram papéis fundamentais em momentos e com funções distintas nessa trajetória: a Profa. Dra. Elaine F. V. Hirata, durante a Iniciação Científica e o mestrado, a Profa. Dra. Haiganuch Sarian durante o doutorado e o próprio Prof. Dr. Robin Hägg, cujo contato se iniciou ainda durante o mestrado, após uma palestra proferida pelo referido pesquisador

na 10ª Conferência Internacional do Egeu, organizada pela Escola Italiana de Arqueologia em Atenas entre 14 e 18 de Abril de 2004.

7: A partir da renovação promovida pela Arqueologia Processual, os arqueólogos começaram a se preocupar não somente com os aspectos políticos, econômicos ou demográficos, mas também com os elementos culturais das sociedades que analisavam. Sem dúvida, a Arqueologia Processual representou uma grande inovação na maneira de pesquisar o passado, pois introduziu uma preocupação fundamental com a composição do registro material. Esse tipo de reflexão pode ser feita a partir da análise das sepulturas da Idade do Ferro na Argólida?

R: Sim, com certeza. São inegáveis as contribuições da Arqueologia Processual no campo da Arqueologia das Práticas Mortuárias em geral. Obras como a tese de A. Saxe (*Social dimensions of mortuary practices*. Ph.D. thesis, Michigan University, 1970) e a de Goldstein (*Spatial structure and social organization*. PhD thesis, Northwestern University, 1976) marcam mudanças fundamentais em relação aos estudos dos contextos funerários. Tais autores buscam estabelecer fórmulas, modelos, regras e padrões gerais capazes de explicar o comportamento humano em relação à morte nas diferentes sociedades. Tais generalizações ultrapassam as especificidades culturais e são testadas a partir da comparação com uma exaustiva quantidade de casos etnográficos, utilizando o método hipotético-dedutivo.

Nota-se uma preocupação clara com o conjunto dos registros materiais que formam uma sepultura como, por exemplo, a atenção dada ao tipo e às dimensões da sepultura, ao tipo de enterramento, às oferendas e ao morto, revelando principalmente gênero e idade. Contudo, a maioria dos estudos que seguem essa linha interpretativa consideram os dados arqueológicos como expressão direta da organização da sociedade, como a obra de L. Binford ("Mortuary Practices: their study and their potential." In: BROWN, J. A. (Ed.) *Approaches to the social dimension of mortuary practices*. *Memoirs of the Society for American Archaeology* 25, Issue as *American Antiquity* 36, 1971, p. 6-29). Isso significa dizer, por exemplo, que uma sepultura com grandes dimensões onde se encontram os restos de um indivíduo incinerado depositados em um grande vaso decorado ricamente e acompanhado de vários objetos em metal, ouro e bronze, indica imediatamente um indivíduo de *status* social elevado, rico, detentor também de poder

político. Os valores relativos de riqueza fundamentados em quantidade e qualidade são indicadores de prestígio econômico, social e político. Associação que cada vez mais em sociedades totalmente distintas geográfica e cronologicamente tem se demonstrado inadequada, equivocada e até mesmo, em muitos casos, antagônica. Só para citar um exemplo bem recente sobre isso, no mês passado arqueólogos italianos e britânicos encontraram uma sepultura etrusca que foi interpretada como sendo de um príncipe inumado com as cinzas de sua mulher e com sua lança de guerreiro.¹ A análise osteológica do príncipe em questão revelou que se trata, na verdade, de uma mulher entre 35 e 40 anos de idade.

No caso das sepulturas da Idade do Ferro na Argólida é possível perceber a contribuição da Arqueologia Processual nos estudos exaustivos do material cerâmico da produção geométrica argiva de P. Courbin (*La céramique géométrique d'Argos*. Paris, 1966) e do material osteológico das sepulturas escavadas pelas campanhas francesas em Argos de R. P. Charles (*Étude Anthropologique des Nécropoles d'Argos*. Contribution à l'étude des populations de la Grèce Antique. Paris, 1963). Tais obras são referências fundamentais para as diferentes abordagens do período e mesmo para estudos comparativos em diferentes regiões. Contudo, apresentam um tratamento da cultura material que poderíamos classificar de certa forma como "positivista", isolando o objeto de seu contexto e investindo numa análise descritiva pormenorizada. Além dessas obras, ainda podemos citar os artigos de R. Hägg (Burial customs and social differentiation in 8th century Argos. In: HÄGG, R. (Ed.). *The Greek renaissance of the eight century BC.: tradition and innovation*. Proceedings of the Second International Symposium at the Swedish Institute in Athens, 1-5 June, 1981. Acta Instituti Atheniensis Regni Sueciae, series in 4^o, 30. Stockholm, p. 27-31, 1983,) e A. Foley (Ethnicity and the topography of burial practices in the Geometric Period. In: PARIENTE, A. et TOUCHAIS, G. (Eds.) *Argos et l'Argolide*. Topographie et urbanisme. Actes de la Table Ronde Internationale 28/4 – 1/5/1990 – Athènes, Argos. Recherches Franco-Helléniques III. Paris, 1998, p. 137-143) que relacionam de forma direta e imediata a composição do mobiliário funerário com valores subjetivos de riqueza e status social e político e com valores puramente étnicos e raciais respectivamente.

¹ Para uma reportagem mais completa sobre a descoberta: <http://www.scienceworldreport.com/articles/10357/20131021/archaeological-gender-switch-etruscan-warrior-prince-really-princess.htm> [postado em 21/10/2013]

A análise das sepulturas geométricas argivas (principalmente durante o século VIII a. C.) demonstra um exemplo claro da insustentabilidade arqueológica da relação direta entre oferendas e estrutura social, descartando e até mesmo de certa maneira opondo o pressuposto segundo o qual quanto maior a quantidade de objetos depositados nos túmulos (substancialmente metais), maior o grau de riqueza econômica e de *status* político e social do morto. O exame de conjunto das evidências materiais das sepulturas durante a tese de doutorado permitiu demonstrar que os enterramentos em vasos funerários datados do Geométrico Recente, apesar de não conter oferendas, não devem ser considerados como enterramentos da “classe pobre” de Argos (HÄGG, 1983) e nem como expressões materiais de costumes mortuários diferenciados de uma etnia distinta (FOLEY, 1998). Associados à análise dos atributos de idade e gênero e ainda à configuração espacial dos contextos funerários, os enterramentos em vasos, juntamente com o outro tipo de enterramento predominante, as sepulturas cistas contendo um grande número de objetos, principalmente vasos cerâmicos, também constituem formas simbólicas de prestígio social em um momento de transformações políticas engendradas pela formação da *polis* argiva.²

8: Atualmente, fala-se em uma Arqueologia Pós-processual que busca, sobretudo, incorporar à análise os elementos simbólicos dos objetos. Essa nova perspectiva considera o potencial da cultura material em criar e comunicar sentidos. De que maneira os sepultamentos da Idade do Ferro na Argólida podem nos auxiliar a compreender o simbolismo da morte na Grécia antiga?

R: As contribuições da Arqueologia Pós-processual nos estudos da Arqueologia da Morte também são abundantes. De forma resumida, a grande diferença entre as duas correntes interpretativas na análise dos contextos funerários se expressa através da relação entre a cultura material e a sociedade. A ampla maioria dos pesquisadores que seguem os pressupostos da Arqueologia Pós-processual entendem que tal relação não ocorre de forma direta, mas sim distorcida, manipulada e idealizada. Daí a ênfase nos aspectos simbólicos dos vestígios arqueológicos, uma vez que eles estão imbuídos de significados

² Para o detalhamento da análise das sepulturas geométricas argivas e das reflexões e propostas interpretativas alcançadas cf. SOUZA, C. D. de. As práticas mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a. C. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento 13, 2011.

peçoais e sociais como, por exemplo, os interesses e as aspirações de um determinado grupo. O Estruturalismo e as abordagens marxistas contribuíram para os fundamentos teóricos da Arqueologia Pós-processual, que buscou entender os conflitos entre os grupos sociais interpretando as ideologias e as representações simbólicas como formas de legitimação do poder. É o homem que cria os sentidos, representa e simboliza os objetos, os fenômenos e as relações sociais e não as adaptações ao meio-ambiente, como pretendia a Nova Arqueologia (ou Arqueologia Processual). O sistema ritual é “politizado”, pois é formado por um conjunto de representações simbólicas aprovado socialmente, cujas principais funções são a afirmação e a manutenção dos laços sociais, seja pela isonomia das identidades ou pela marca de suas diferenças, perpetuando ou alterando tradições e a própria estrutura social. Nesse sentido, as “leis gerais” estabelecidas pela Arqueologia Processual são referenciais inúteis para a compreensão da diversidade do comportamento humano nas diferentes culturas.

Além disso, os estudos sobre as práticas mortuárias não podem estar limitados pelas análises exclusivas dos cemitérios. Devem incluir análises amplificadas dos diversos tipos de contexto arqueológico, mapeando o sagrado e o profano na paisagem e identificando as relações espaciais e funcionais entre as habitações dos vivos e as dos mortos, comparando os processos de fundações e abandonos, a organização e morfologia dos assentamentos e dos cemitérios e encaminhando a variabilidade intercontextual dos artefatos entre os depósitos sagrados e não sagrados. Para os pesquisadores que seguem esta linha interpretativa, apenas a partir dessa análise contextual dos vestígios materiais é que se torna possível alcançar os significados simbólicos.

A análise mais detalhada dos contextos funerários da Idade do Ferro na Argólida fornece indícios evidentes dos aspectos simbólicos da cultura material e do conjunto das práticas mortuárias. Podemos afirmar que o documento material selecionado e as questões fundamentais do tema de pesquisa de doutorado foram abordados a partir de uma associação entre as diferentes linhas teórico-metodológicas interpretativas da Arqueologia e segundo uma perspectiva “crescente” de análise. Em um primeiro momento, realizamos a elaboração de um catálogo e de uma base de dados contendo a maior quantidade de informações possíveis acerca dos elementos integrantes dos contextos funerários dos principais sítios da Argólida, com o objetivo de relacionar tais aspectos entre si em um determinado subperíodo da Idade do Ferro e verificar possíveis

padrões de permanência ou possíveis mudanças nas práticas funerárias. Posteriormente, buscamos compreender a topografia funerária intrassítio, isto é, a distribuição e localização dos enterramentos em relação às áreas de habitação e quais as modificações sofridas nessas áreas durante os subperíodos da Idade do Ferro, verificando a existência de um possível processo de formação de espaços dedicados exclusivamente aos enterramentos. Finalmente, a análise adquire um caráter mais abrangente e regional a partir da comparação dos contextos intersítios, principalmente durante o século VIII a.C., visando a entender o papel do maior sítio da região, Argos, no que diz respeito ao processo de formação da *polis*. Os aspectos simbólicos das práticas funerárias foram evidenciados não só nessa última abordagem do material, que explicita um momento de profunda importância na simbologia da morte durante a História da Grécia antiga, mas durante toda a análise, principalmente com o exame das sepulturas argivas, conforme expusemos na resposta à pergunta anterior.

9: Por muito tempo o período que se estende do século XII ao VIII a. C. foi classificado como "Idade das Trevas", um momento em que a Grécia teria "retrocedido" para uma economia agropastoril de subsistência, quando a produção material diminuiu consideravelmente em comparação à situação anterior e a escrita desaparece. Sabemos que o desaparecimento da escrita levou alguns historiadores a desenvolverem uma visão pejorativa desse período, comparando-o em alguns casos à Idade Média, um momento marcado pelo obscurantismo. Quais as contribuições da Arqueologia para superar essa concepção negativa em relação à "Idade das Trevas" grega?

R: Podemos afirmar que o conhecimento atual que possuímos sobre os diferentes aspectos das sociedades da Idade do Ferro grega se deve quase em sua totalidade à Arqueologia. Os estudos mais detalhados da cultura material proveniente dos diferentes contextos arqueológicos, mas, sobretudo dos funerários, foram responsáveis pela identificação do período não mais como "Idade das Trevas", mas como Idade do Ferro. Os vestígios arquitetônicos (como, por exemplo, habitações, oficinas e espaços de culto) datados desse período ainda são escassos em todas as regiões da Grécia. Porém, a grande quantidade de sepulturas escavadas em sítios da Ática, Argólida, Tessália e da Eubeia permitiu a identificação de comunidades com costumes e organização social e política bastante diversificados. As obras de A. M. Snodgrass (*The Dark Age of Greece. An*

Archaeological survey of the eleventh to the eighth centuries BC, New York, 1971) e de J. Whitley (*Style and society in Dark Age Greece. The changing face of a preliterate society*, Cambridge, 1991) por exemplo, constituem verdadeiros marcos nessa mudança de perspectiva em relação ao intervalo entre os séculos XI e VIII a. C. Verificamos um verdadeiro processo de inversão dessa visão pejorativa, pois a Idade do Ferro passa a ser considerada um período crucial na História da Grécia antiga. Em particular o século VIII a. C. passa a ser interpretado como um momento de mudanças fundamentais no processo de formação e consolidação da *polis* grega. Os dois pesquisadores citados chegam até mesmo a definir o século VIII a. C. como “Renascimento” (J. Whitley *The Archaeology of Ancient Greece*, Cambridge, 2001) ou como uma “Revolução” (A. M. Snodgrass *Archaeology and the emergence of Greece: collected papers on Early Greece and related topics, 1965-2002*, Edinburgh, 2006) e J. Whitley (*Social diversity in Dark Age Greece, BSA*, v. 86, p. 341-365, 1991), por exemplo, utilizam recursos da analogia etnográfica para marcar a diversidade cultural, política e social das comunidades da Idade do Ferro.

Não podemos deixar de mencionar a importância dos estudos de ceramologia dos grandes centros de produção geométrica, principalmente ateniense e argiva, evidenciada por meio das obras de Coldstream e Courbin, conforme já mencionamos. A análise da cerâmica proveniente, em sua grande maioria, dos contextos funerários permitiu identificar a diversidade técnica, morfológica e ornamental do estilo geométrico em vários centros de produção da Grécia. Muitos pesquisadores passaram a considerar a Arte Geométrica como um importante referencial, contribuindo de forma essencial na mudança de visão em relação à “Idade Obscura”.

Atualmente, podemos afirmar que essa visão pejorativa da Idade do Ferro marcada por um retrocesso e obscurantismo já está totalmente superada, principalmente se levarmos em consideração as contribuições da Bioarqueologia e áreas afins, como a Osteologia, a Zooarqueologia e a Tafonomia, que podem ser verificadas em estudos mais recentes das sepulturas argivas como a colaboração de E. Pappi e S. Triantaphillou (*Mortuary practices and the human remains: a preliminary study of the Geometric graves in Argos, Argolid*. In: MAZARAKIS, A. A. (Ed.). *The “Dark Ages” revisited. Acts of an International Conference in Memory of William D. E. Coulson, Volos 14-17 June, 2007*, v. II, Volos, p. 673-688, 2011).

10: A Arqueologia mantém uma relação direta com a sociedade, não só porque estuda as comunidades do passado, cujos comportamentos interessam ao presente, mas também

porque contribui para a produção social de memórias e de identidades. Saber como outras comunidades lidaram com a paisagem e seus recursos pode ajudar a reequilibrar comportamentos atuais e aumentar a consciência das populações relativamente às mudanças em curso no meio em que vivem. Como o estudo dos contextos funerários na Argólida no decorrer da Idade do Ferro pode iluminar aspectos do presente?

R: Da mesma forma como as demais disciplinas das Ciências Humanas, a Arqueologia visa a alcançar, em última instância, a sociedade; isto é, compreender as relações humanas. A Arqueologia das práticas funerárias traz inúmeros recursos metodológicos e teóricos que nos auxiliam a refletir sobre nossos próprios costumes e atitudes em relação à morte. Entender o passado e tomar consciência de formas diversificadas de comportamento social através das quais os grupos humanos se relacionam com o mundo e se relacionam entre si e lidam com diferentes situações, de um lado, nos faz refletir sobre nós mesmos e sobre a sociedade em que vivemos, contribuindo para a criação de identidades. Todavia, de outro lado, a produção de memórias e de identidades influencia, motiva e gera comportamentos em relação às demais sociedades atuais ou aos grupos com atitudes diferentes. Muitas vezes, tais comportamentos são institucionalizados como, por exemplo, através da adoção de medidas políticas e econômicas de determinados países em relação à gestão do patrimônio. É possível entender muitas das medidas atuais em relação à gestão do patrimônio arqueológico tomadas pelo governo grego no contexto de crise na Europa como uma forma de expressão identitária, na tentativa de preservar as raízes e o passado do povo grego que pode, em alguns casos, infelizmente, conduzir ao radicalismo e à intolerância.